

# Casa de ferreiro, espeto de pau<sup>1</sup>

Lúcia Castello Branco  
FALE/UFMG

A discussão em torno dos objetivos específicos do Curso de Letras, a meu ver, esbarra na questão, não menos controversa, da definição de seus objetivos gerais. Não me refiro aqui a objetivos genéricos do tipo “formar bons professores de Português”, que, como bem observa Mário Alberto Perini, são absolutamente inoperantes. Mas creio que há pelo menos dois objetivos gerais que se relacionam intimamente à formação de professores e que não têm merecido o devido espaço na composição dos currículos de Letras: a formação de pesquisadores e escritores. Sem o desenvolvimento dessas duas habilidades — a pesquisa e a escrita —, não vejo como se possa formar um bom professor de Letras.

Quando se iniciam discussões acerca da formação de pesquisadores e sobretudo de escritores, através do Curso de Letras, são frequentes as observações do tipo: “a Faculdade de Letras tem como objetivo primordial a formação de professores”, “não há mercado de trabalho para pesquisadores”, “não se aprende a ser escritor na escola”, etc. Entretanto, muitos de nossos alunos, a nível de Mestrado e Doutorado (ou mesmo, mais raramente, na Graduação), sobrevivem às custas de magras bolsas de pesquisa, o que pressupõe que eles tenham desenvolvido a habilidade de pesquisa durante a Graduação. Esses mesmos alunos, durante todo o curso, são avaliados sobretudo a partir de seus textos (provas, monografias, trabalhos finais), que, embora produzidos sob o rigor dos padrões da língua escrita, não conferem a seus autores o “grau” de escritores.

É claro que, quando me refiro aos escritores formados em Letras, não estou supondo que sejamos capazes de formar ficcionistas, poetas e dramaturgos, embora muita coisa pudesse ser feita no sentido de abrir espaço, na Faculdade de Letras, para tais atividades (a criação de oficinas literárias é um bom exemplo disso). Mas, certamente, no que diz respeito ao ensaio, à crítica literária, à análise de textos, o Curso de Letras tem muito a contribuir. Apesar disso, e embora cobrando de nossos alunos uma produção escrita, continuamos a não nos comprometer

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado em mesa-redonda sobre os Objetivos Gerais do Curso de Letras, durante a 37ª Reunião Anual da SBPC, em Belo Horizonte, em julho de 1985.

com a formação de escritores.

Tal recusa, a meu ver, tem origem numa atitude que nós, profissionais de Letras, adotamos com relação a nossa produção escrita: não nos habituamos a encarar nossos textos como portadores de um estilo próprio, de uma forma peculiar, mas apenas como veiculadores de idéias — essas, aliás, geralmente muito pouco nossas. Com relação aos ensaios e análises literárias que produzimos (ou reproduzimos?), a atitude que nos é estimulada é a da mais completa reverência às idéias e da mínima atenção ao estilo, à elaboração formal. Entendemos, aliás, como “elaboração formal” muito pouco do que a expressão poderia nos sugerir: restringimo-nos a um certo rigor gramatical, a uma certa clareza na exposição de idéias, a uma certa coerência na argumentação. Qualidades como elegância e beleza da escrita são reservadas aos “escritores” — aqueles que possuem o talento e não dependem da formação institucional.

O que perdemos com isso? Apenas algumas centenas de leitores, já que, nos moldes da sisudez e da aridez em que nossos textos são construídos, só conseguimos atingir nossos colegas de trabalho e, quando muito, nossos alunos. Será por acaso que nossas teses de Mestrado raramente são publicadas e, quando isso ocorre, precisam ser reescritas “para efeito de publicação”? Será por acaso que os professores de Letras têm menos acesso à imprensa (mesmo aos periódicos especializados em Literatura) que os autodidatas, os curiosos, os leigos de toda espécie? Parece-me que, ao menos no que diz respeito à articulação da Universidade com a comunidade, tais questões deveriam ser discutidas.

Entretanto, esses prejuízos decorrentes do pouco caso com relação à formação de escritores, pelas faculdades de Letras, são desprezíveis, se considerarmos o prejuízo maior de que esse pouco caso é apenas o reflexo, a consequência. Na minha opinião, é na atitude que a academia tem adotado com relação ao saber que reside a origem do problema. Afinal, não somos estimulados, enquanto professores (e, muito menos, enquanto alunos), a produzir um saber. Ao contrário: sempre nos foi ensinado que nossa função seria a de reprodutores do saber — esse, muitas vezes, inadequado e ultrapassado, mas, de certa forma, sagrado, inquestionável. Em decorrência dessa atitude, as habilidades de escrita (pelo menos a de uma escrita criativa, que não se limite a veicular idéias alheias) e de pesquisa não devem de fato se constituir em objetivos de um curso superior.

E aqui eu gostaria de colocar mais detalhadamente a questão da pesquisa nas faculdades de Letras, especificamente na área de Literatura, onde atuo como professora. Em situações de seminá-

rio, ou em vésperas de datas estipuladas para entrega de trabalhos finais, é comum sermos abordados por alunos que ignoram absolutamente por onde devem iniciar sua análise sobre determinado assunto, romance ou poema. Em geral, esses alunos esperam encontrar em um livro exatamente aquilo que procuram: se o tema escolhido refere-se à análise da personagem feminina em Camilo Castelo Branco, deve haver uma obra a esse respeito, o mesmo para uma análise semiológica de Drummond, o mesmo para uma análise sociológica de José de Alencar, e assim por diante. Ora, que tipo de atitude esse comportamento reflete? Uma atitude que compreende a pesquisa não como "busca", "indagação", "investigação", mas como reprodução de idéias de algumas célebres "autoridades do saber".

É, afinal, não é esse o comportamento que nós, professores, aprendemos a respeitar? Quantas vezes recuamos diante da escolha de determinado assunto para pesquisa (especialmente quando se trata de pesquisa para elaboração de uma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado), em face da pouca bibliografia de que poderíamos dispor para o estudo de tal assunto? Quantas vezes o critério que adotamos para escolha de uma obra a ser pesquisada relaciona-se ao número de pesquisas já realizadas sobre aquela obra? Por que será que os trabalhos que visam ao "descobrimento" de autores desconsiderados pela história literária oficial, ou de obras que não mereceram destaque nas épocas em que foram publicadas, raramente são produzidos pela Universidade? Parece-me que a pesquisa, tal como vem sendo praticada nas faculdades de Letras, pelo menos no que se refere à área de Literatura, perdeu muito de seu caráter de investigação e de indagação. O que se observa, em grande parte, é a mera constatação de "fatos literários", ou a aplicação de teorias que muitas vezes não tivemos tempo de absorver.

É explicável, portanto, que, em decorrência dessa atitude com relação ao saber, a formação de escritores não seja considerada como um dos objetivos dos cursos de Letras. Frutos de pesquisas que preferem reproduzir um saber sacralizado, ao contrário de produzirem um saber próprio, nossos textos não podem mesmo ser entendidos como escrita de escritor. São antes o veículo, o "canal" por onde muito das idéias alheias, e muito pouco das nossas idéias, deve-se manifestar.

Discutidas essas questões, cabe a pergunta: de que forma a definição dos objetivos gerais pode influir na elaboração dos objetivos específicos? Em outras palavras: o que muda, concretamente, se nos propusermos a aliar a formação de professores à de escritores e pesquisadores? Praticamente tudo, eu diria. A partir daí, toda a elaboração de programas de curso (o que

pressupõe uma definição dos objetivos específicos a serem atingidos) teria que ser repensada. Na área de Literatura, por exemplo, a polêmica questão dos “estilos de época” precisaria ser revista: na medida em que os alunos se engajassem numa pesquisa “ativa”, rapidamente descobririam que, à margem de uma história literária oficial, existem inúmeras outras histórias e que o critério de escolha deste ou daquele escritor é absolutamente discutível. A valorização do texto escrito como produção do próprio aluno também implicaria uma reformulação dos cursos: a partir dessa preocupação, seria necessária a elaboração de programas que possibilitassem o exercício constante dessa prática da escrita, a discussão dos textos dos alunos em sala de aula, a reformulação de seus textos durante o curso, etc.

A meu ver, não há como iniciar uma discussão a respeito dos objetivos específicos do Curso de Letras se não repensarmos seus objetivos gerais, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das habilidades de pesquisa e escrita, que não são, de fato, consideradas como requisitos de um professor de Letras. Só essa preocupação, tenho certeza, já é suficiente para desencadear muita polêmica. Mas, na verdade, o que resta ao professor de Letras destituído das habilidades de escritor e pesquisador? Muito pouco. Resta-lhe ministrar aulas, muitas vezes bem preparadas e bem realizadas, mas que possivelmente não irão muito além de uma certa tautologia.

“Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida uma outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar”, nos diz Roland Barthes, em sua aula inaugural no Colégio de França.<sup>2</sup> Estaremos realmente prontos para abrir mão do poder que o exercício de reprodução do saber nos garante? Talvez uma proposta desse tipo não tenha lugar em sociedades como a nossa, em universidades como as nossas, em nossas faculdades de Letras. Mas talvez seja somente com olhos na utopia que possamos inventar uma realidade menos cinzenta para os nossos cursos de Letras.

<sup>2</sup> BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 47.